

HONRA, PODER E PARENTELA POLÍTICA: REFLEXÕES SOCIOLÓGICAS A PARTIR DE UM ESTUDO DE CASO NO SERTÃO PERNAMBUCANO¹

Giovanni Alves Duarte de SÁ²

RESUMO: A proposta deste artigo é compreender o processo histórico que marcou a construção de uma elite política no interior de Pernambuco, evidenciando relações de honra, poder e parentela no contexto de Serra Talhada, município de 84 mil habitantes localizado no interior do estado. Para chegar aos resultados desta pesquisa, o trabalho contou com entrevistas de campo, investigação bibliográfica e consultas a arquivos públicos para compreender o fenômeno do coronelismo na cidade a partir da investigação de redes de interdependência e dominação política entre famílias locais e o fortalecimento de configurações e estratégias morais que permanecem até os dias de hoje.

PALAVRAS-CHAVE: Poder. Parentela. Honra. Elite.

HONOR, POWER AND PARENTELE POLITICS: SOCIOLOGICAL REFLECTIONS FROM A CASE STUDY IN SERTÃO PERNAMBUCANO

ABSTRACT: *The purpose of this article is to understand the historical process that marked the construction of a political elite in the interior of Pernambuco, evidencing relations of honor, power and kinship in the context of Serra Talhada, a municipality of 84 thousand inhabitants located in the interior of the state. In order to arrive at the results of this research, the work relied on field interviews, bibliographical research and public archives consultations*

¹ Uma versão preliminar deste artigo foi apresentada durante a I Semana de Ciências Sociais da UFPB, entre 9 e 13 de julho de 2018, em João Pessoa (PB). O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

² Universidade Federal da Paraíba (UFPB), João Pessoa – PB – Brasil. Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Sociologia. giovannialvesduarte@gmail.com

to understand the phenomena of coronelism in the city through the investigation of networks of interdependence and political domination among local families and the strengthening of settings and moral strategies that remain to this day.

KEYWORDS: *Power. Kinship. Honor. Elite.*

Introdução

A proposta deste artigo é compreender o processo histórico que marcou a construção da formação de uma elite política no interior de Pernambuco, evidenciando as peculiaridades relacionais e conjunturais, no contexto de Serra Talhada – cidade situada no interior do estado a pouco mais de 400 km da capital, Recife.

Em sua cultura política, o município herdou um forte laço com o coronelismo e a concentração do poder estatal em nome de algumas poucas famílias tradicionais, consideradas aquelas que dispõem de redes de controle de aparelhos simbólicos e materiais desde a época em que a cidade sequer existia oficialmente, quando era ainda uma fazenda, em 1750, no cenário escravocrata, passando por sua emancipação política em 1851³, até chegar aos tempos atuais.

Pode-se acrescentar a esse imaginário cultural de Serra Talhada, a herança do banditismo e da veia do cangaço. A Capital do Xaxado, como é também conhecida, tornou-se berço do mais famoso cangaceiro brasileiro, Lampião⁴, e foi palco das primeiras intrigas e brigas de família que impulsionaram o famigerado Virgulino Ferreira a pegar em armas.

É com base nesse contexto de violência que Serra Talhada foi alimentada por um forte imaginário de acerto de contas, próprio do Sertão (GRUNSPAN-JAMSIN, 2006), boa parte em defesa da honra de família, fenômeno que tem seus próprios códigos de organização social. O argumento aqui proposto é que este valor moral manteve estreita relação com o campo da política serra-talhadaense até a primeira metade do século passado e, conforme a nossa hipótese, se ressignificou nos tempos hodiernos.

³ A história de Serra Talhada remonta à segunda metade do século XVIII, ainda no contexto da escravidão, quando era uma fazenda localizada numa região de sesmaria concedida ao português Agostinho Nunes de Magalhães. Antes mesmo de sua emancipação, em 6 de maio de 1851, tornou-se Vila Bela, um promissor distrito da comarca de Flores. Devido sua localização geográfica (entre os estados da Bahia, Paraíba e Ceará) virou um forte polo comercial, fator preponderante para o seu desenvolvimento e, posteriormente, emancipação política. O nome Serra Talhada faz alusão à montanha talhada pela força do tempo, cujo em seu sopé foi erguida a fazenda de Agostinho Nunes Magalhães. Hoje o município possui 84 mil habitantes, segundo o último censo do IBGE.

⁴ Virgulino Ferreira, vulgo Lampião, nasceu no sítio Passagem das Pedras, na zona rural de Serra Talhada, em junho de 1898. Foi morto por forças policiais em 1938.

De que forma as lógicas de poder envolvendo o princípio da honra foram remodeladas através das relações construídas no âmbito da elite política serra-talhadense da época? Partimos dessa pergunta para tentar traçar uma breve cartografia da cultura política de Serra Talhada.

Tomando por base o ano de emancipação do município, em 1851, até hoje, foi possível perceber a concentração do poder político entre, praticamente, cinco famílias (Godoy, Pereira, Magalhães, Oliveira e Carvalho). Com isso, identificamos – por meio do estudo genealógico - parentescos firmados entre alguns desses núcleos. Matrimônios e compadrios propiciaram a garantia de privilégios entre alguns destes clãs num contexto histórico específico com reflexos na conquista de postos de controle no Estado durante gerações futuras e após a Constituição de 1988.

Na primeira metade do século XX, a prerrogativa de mando local era dos chamados coronéis não só em Serra Talhada, mas em muitas cidades do interior do país naquela época. Assim, tomamos como objeto de análise neste trabalho as relações de poder que permearam a prática social de um emblemático personagem da história da cidade, o coronel Cornélio Soares, que controlou politicamente Serra Talhada durante toda a República Velha (SILVA JUNIOR, 2006).

A presente pesquisa buscar explicitar que, apesar do controle durante tal período, o legado moral do coronel Cornélio Soares ainda reverbera nos dias atuais, sendo um dos elementos que o justifica como objeto de análise. Ao iniciarmos as pesquisas, nos deparamos com uma deficitária bibliografia sobre ele, fato que nos chamou a atenção, pois se trata de um personagem importante para a compreensão da cultura política do município.

No entanto, o método genealógico nos forneceu pistas sobre estratégias mantidas pela elite política serra-talhadense à época. Somado a isso, realizamos entrevistas de campo⁵ com pesquisadores da história da cidade e moradores que viveram no contexto de Cornélio Soares. Também perseguimos pistas biográficas em pesquisas acadêmicas, publicações na imprensa e arquivos da Biblioteca Nacional com consultas de apoio ao CPDOC (Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil).

Dessa forma foi possível traçar um breve roteiro investigativo sobre a herança política deixada pelo sistema coronelista em Serra Talhada, reflexão que

⁵ Realizamos, para a confecção deste trabalho, entrevistas semi-estruturadas com dois pesquisadores da história da cidade, sendo eles: o professor e mestre em História, Paulo César Gomes, e o secretário municipal de Cultura e pesquisador do cangaço, Anildomá Willams de Souza. As entrevistas ocorreram em dois encontros, com cada um separadamente, e duraram cerca de 2 horas. Nosso foco foi tentar compreender o contexto histórico e político de Serra Talhada durante o período do coronelismo e do cangaço. Também coletamos o registro oral de um morador, o senhor Paulo Campos, de 76 anos, que testemunhou algumas ações do coronel naquela época. Com ele, tentamos compreender o imaginário social que a população havia construído sobre Cornélio Soares.

pode contribuir para uma melhor compreensão do passado e do futuro político do município, bem como de Pernambuco. Como apoio epistemológico, nos baseamos na sociologia figuracional de Norbert Elias (2008, 2001, 1994) para tentar entender a trajetória destas famílias sob o ponto de vista de uma abordagem relacional, dinâmica e processual.

O coronelismo marcou a cultura política brasileira na primeira República, mas foi um fenômeno que se adequou às novas configurações da política nacional após a Revolução de 1930, não desaparecendo repentinamente. Na definição de Victor Nunes Leal, o coronelismo sinalizava para um “[...] compromisso, uma troca de proveitos entre o poder público progressivamente fortalecido e a decadente influência social dos chefes locais, notadamente os senhores de terras” (LEAL, 2017, p. 40). O autor lembra que o coronel, se valendo do poder econômico, especialmente da propriedade rural, era capaz de angariar levas e levas de votos, os chamados “cabrestos”. A ampliação da estrutura do Estado nas cidades do interior propiciou um lento processo de perda de poder dos coronéis e da elite econômica dominante que desfrutava desse sistema. Assim, em várias regiões e, especificamente, em Pernambuco, tiveram que renovar suas estratégias políticas de dominação a partir de 1930, onde o domínio da terra foi deixando de ser o principal fundamento de poder.

Dito em outros termos, os coronéis para sobreviver não só politicamente, mas economicamente, se aproveitaram da lógica “modernizadora” do Estado burguês capitalista, para surfar na onda de inovações tecno-industriais que chegavam ao Sertão, com reflexos em estradas, máquinas de beneficiamento de algodão, ferrovias, aeroportos, construção de açudes, entre outros. Na tese de Leal, o coronel da Primeira República não detém poder total. Ao contrário, apresenta-se como uma figura cada vez mais dependente dos favores do governo.

Do ponto de vista da estratégia política dos coronéis, a parentela foi uma das mais eficazes. Maria Isaura Pereira de Queiroz (1975) acrescenta que a figura do coronel era mantida pelo apoio dos parentes formados por indivíduos com grau de parentesco entre si e por laços carnais, espirituais (compadres) e de alianças (casamento), sendo estas configurações o foco da presente pesquisa. Ainda, de acordo com a autora, a parentela que nutria os laços de interdependência do coronel descendia, em sua maioria, do mesmo tronco, somando-se os vínculos de apadrinhamento por meio de afilhados, onde as distâncias geográficas não seriam motivo para enfraquecer os laços de obrigações recíprocas de tais integrantes.

Do ponto de vista do contexto de Serra Talhada, tentaremos mostrar como essas relações de parentela podem ter moldado diferentes estratégias de aproximação entre famílias em torno da figura do coronel Cornélio Soares e da

manutenção do seu poder na cidade. Essa representa a primeira parte do artigo. Num segundo momento, iremos debater de que maneira o valor da honra pode ter servido como motor de acúmulo de capital simbólico e prestígio social ao coronel serra-talhadense ao ponto de ser utilizado para fortalecer a musculatura moral dos seus herdeiros até hoje.

Nas considerações finais, concluímos como a força dessa filiação está viva nos dias atuais. Isso, cultivada pelo prestígio do “nome” dessas famílias e ancorada num passado arvorado em privilégios, mesmo diante uma Constituição que festejou seus 30 anos em 2018 com a promessa de assegurar igualdade de oportunidades a todos.

Uma herança de parentelas políticas

O contexto agrário do Brasil contribuía para o reforço do poder dos coronéis a partir da posse do latifúndio rural, como ressalta Leal (2017, p.44-45), ao compreender que a nossa estrutura agrária forneceu “[...] a base de sustentação das manifestações de poder privado ainda tão visíveis no interior do Brasil.” Essa situação reforçava o patrimonialismo entre a elite política ligada aos coronéis, seus parentes e aliados com as classes mais pobres, o que se refletia no voto de cabresto (CAVALCANTI, 2013; LEAL, 2017).

O uso do termo elite, nessa perspectiva, denota o surgimento de uma classe dirigente submersa em um “[...] conjunto de fatores interligados e interdependentes interveniente nos processos de afirmação política.” (REIS; GRILL, 2017, p.139). O que se enfatiza, com isso, é a importância do caráter relacional dos sujeitos detentores de poder na trama da história. O período em que se desenvolveram as redes de interdependência (ELIAS, 2008) de Cornélio Soares representou um contexto de transição nacional entre dois modelos econômicos que inicia com a proclamação da República (1889) e termina com o movimento político de 1930.

Tem-se de um lado um país “[...] agroexportador, cujo núcleo era a economia cafeeira, e de outro, o urbano-industrial, apoiado numa série de estímulos que favorecem a substituição de importações.” (ARRUDA, 2012, p. 121). Na parceria entre estado e coronel, o patrimonialismo falava alto, mesclando o interesse público com o privado.

O Brasil se entregava às investidas do capital financeiro internacional, situação que reforçava o caráter dependente da economia tupiniquim. Vivenciando o contraste entre o urbano e rural imposto pelo contexto macrossocial, Cornélio Aurélio Soares Lima não se desvencilhou das vicissitudes históricas de seu tempo.

Este coronel, nascido em Salgueiro em 14 de setembro de 1886 – município vizinho a Serra Talhada, distante cerca de 100 km – migrou com a família para a terra de Lampião ainda criança. Era filho de um rico comerciante, Tibúrcio Valeriano Gomes Lima e de sua esposa Lucinda Soares Lima, irmã legítima de um famoso coronel em Pernambuco, Veremundo Soares (1878-1973), chefe político em Salgueiro e, portanto, tio de Cornélio Soares.

O parentesco com Veremundo foi fundamental para que o sobrinho acumulasse respeito político não só em Serra Talhada, mas em toda a região do chamado vale do Pajeú, que abrange mais de 20 cidades. O tio se orgulhava da honraria de ser capitão-cirurgião do 257º Batalhão de Infantaria e da Guarda Nacional de Salgueiro, título conferido em 1904 pelo próprio presidente Rodrigues Alves ao sertanejo. Na obra *Coronel, coronéis, apogeu e declínio do coronelismo no Nordeste* (2003), Vilaça e Albuquerque registram que Veremundo foi um dos mais destacados coronéis no século passado em Pernambuco.

Historiadores afirmam que a patente dele teria sido adquirida fruto de barganhas e alianças com políticos do alto escalão do estado (SILVA JUNIOR, 2006). E da mesma forma teria ocorrido com a patente de coronel de Cornélio Soares, pois era um título que se podia comprar na época. Ainda jovem com 21 anos, em 1907 – quando o Brasil era presidido pelo mineiro Afonso Pena – Cornélio Soares assumiu as fazendas, as lojas e os negócios da família após a morte do pai, tornando-se, além de chefe político, um famoso industrial, algodoeiro e fazendeiro (WILSON, 1978).

Este chefe político casou, em seu primeiro matrimônio, com Cecília Soares Diniz, filha de Joaquim Monteiro Diniz, um prestigiado juiz de Direito da cidade. Após a morte da mãe Lucinda, quando ele tinha apenas dois anos, o seu pai Tibúrcio Valeriano se casou com Maria Parente de Godoy, herdeira de uma tradicional família política de Serra Talhada.

Da parentela de Tibúrcio Valeriano, pai de Cornélio Soares, com Maria Parente de Godoy, forjou-se uma linhagem política que comandou Pernambuco e Serra Talhada por várias décadas, fato que se deu com o apoio do próprio coronel Cornélio Soares, anos depois perdurando após a sua morte. Dentre os dados relevantes desta pesquisa, identificamos que o atual prefeito de Serra Talhada, Luciano Duque de Godoy Souza⁶ faz parte dessa linhagem de parentesco.

⁶ Luciano Duque de Godoy Souza nasceu em fevereiro de 1960 e desde muito jovem, por influência de parte de sua família Godoy, foi levado a entrar na política acumulando passagens no PMDB, PSB, PR e, atualmente, PT. Entre as décadas de 1980 e 1990, somou investidas eleitorais frustradas, mas assumiu o comando de diretórios locais de partidos, posição que lhe deu a oportunidade de gerir campanhas de grandes políticos tradicionais da época. Com isso, ganhou experiência no fazer político, fortalecendo uma rede de micro-poderes que o levaram a ser indicado secretário municipal no início dos anos 2000, posteriormente vice-prefeito por dois mandatos e finalmente prefeito,

Em nosso levantamento foi possível verificar que a mãe do atual gestor de Serra Talhada, Maria do Socorro Godoy, é filha de Joaquim Godoy de Lima, um dos filhos do segundo matrimônio de Tibúrcio Valeriano e, portanto, meio-irmão de Cornélio Soares. Esmiuçando: o coronel é tio-avô do atual prefeito de Serra Talhada.

Nossa pesquisa enxergou ainda uma farta herança política oriunda da parentela do atual prefeito do município indicando um domínio político quase que constante da linhagem Godoy em parceria com outras cinco famílias, as quais fazem parte do espectro relacional proposto na introdução deste trabalho.

Do casamento do pai de Cornélio Soares com Maria Parente de Godoy nasceram, além de Joaquim Godoy (avô do atual prefeito), mais nove filhos, dentre eles, Methódio Godoy, que assumiu a prefeitura de Serra Talhada em 1930, além do cargo de deputado estadual durante quatro legislaturas seguidas. Methódio Godoy também levou o próprio filho e, assim, sobrinho do coronel Cornélio Soares, Abelardo Ribeiro de Godoy, a seguir a tradição política da família, ocupando o cargo de deputado estadual entre os anos 1963 a 1967. Curioso destacar que Methodio Godoy conseguiu também eleger outro filho, Afrânio Godoy, para a legislatura estadual de 1967 a 1971, como demonstrou Campello (1979).

Aprofundando a linha de parentesco do coronel Cornélio Soares com a atual formação da elite política serra-talhadense, foi possível constatar a ligação familiar do atual prefeito Luciano Duque de Godoy Souza, a partir da linhagem de sua mãe, com outro grande empresário e ex-prefeito de Serra Talhada, Moacyr Godoy Diniz, (gestor entre 1951 e 1955) de quem era irmã.

Este, por sua vez, foi igualmente vereador e presidente da Câmara de Vereadores (de 1959 a 1963). A linhagem do prefeito Luciano Duque de Godoy Souza o liga, inclusive, ao ex-vereador e promotor público na década de 1920, Osvaldo de Godoy Lima, que também era irmão do coronel Cornélio Soares e, portanto, tio-avô do atual gestor de Serra Talhada. O parentesco do atual prefeito o vincula politicamente ainda a outra família, a Carvalho, o que corrobora um sentido proposto por Ricardo Costa de Oliveira (2007, p. 151), quando enfatiza a construção de redes formadas para criar “uma unidade de ação político-financeira de mútuo interesse e benefício”.

Este estudo identificou uma rede de parentela política com a família Carvalho por meio do casamento de Maria Benevides Godoy (Dona Bené), irmã do coronel Cornélio Soares, com um empresário renomado da época, José

o qual está em sua segunda gestão até 2020. Em 2012, já no PT, elegeu-se com o discurso de combate à herança dos coronéis.

Benevides de Carvalho. Este, após o matrimônio, tornou-se prefeito de Serra Talhada de 1940 a 1944, fato que sinaliza para uma estratégica união familiar firmada entre Godoy-Carvalho-Soares, que na época, propiciou o controle político do município.

Reforçando a parentela política com os Carvalhos, o próprio coronel Cornélio Soares casou-se, pela segunda vez, com Ursula de Carvalho, a qual teve o filho Antônio de Carvalho Soares. Esse, por sua vez, formou-se delegado de polícia e também tentou entrar para a política saindo candidato a deputado estadual, reforçando a premissa de que o jogo de poder dentro do campo político assume forte relação com outras esferas de controle social.

É o que suscita a garantia, como nos diz Bourdieu (1980), de mobilização de capital cultural em favor de tais arranjos familiares. Dito em outros termos, nesse contexto, a relação de parentela se fortalece com base na posição ocupada pelos seus membros no espaço social, neste caso, num espaço de controle do aparelho de Estado subsidiada por “[...] uma rede duradoura de relações mais ou menos institucionalizadas de interconhecimento e inter-reconhecimento e a vinculação a um grupo dotado de propriedades comuns [...] e unidos por ligações permanentes e úteis.” (BOURDIEU, 1980, p. 2)

Isto é, a relação entre as famílias Carvalho-Godoy-Soares teve força para contribuir com a perpetuação de poder entre estes clãs por meio não só da política, mas com forte interferência, verificada até aqui, no sistema judiciário da época⁷. Atualmente, o atual prefeito de Serra Talhada, Luciano Duque de Godoy Souza, é aliado do principal líder dos Carvalhos em atuação política, o deputado estadual Augusto César de Carvalho (PTB)⁸.

A veia política dos Godoy surge antes mesmo do enlace do pai do coronel Cornélio Soares, Tibúrcio Valeriano, com Maria Parente de Godoy. É possível que, à época, o casamento entre Tibúrcio, um grande empresário herdeiro de vasto capital econômico, com Maria Parente de Godoy, uma herdeira de um vasto capital político, fosse mesmo uma aposta próspera para ambas as famílias.

Maria Parente de Godoy era filha do engenheiro Manoel Antônio Firmino Godoy com Rosa Parente de Godoy. Essa, por sua vez, era irmã de Antônia Parente de Godoy, mãe do bacharel em Direito, deputado estadual (de 1922 a 1924), deputado federal (1924 a 1929), Ministro do Trabalho (1934), inter-

⁷ Diário Oficial datado de 1922 que tivemos acesso por meio de investigação junto aos arquivos da Biblioteca Nacional atesta que faziam parte da administração do sistema de Justiça de Serra Talhada além de Cornélio Soares, seus irmãos por parte de pai Joaquim Godoy e Osvaldo Godoy.

⁸ Augusto César de Carvalho já foi eleito cinco vezes consecutivas para a Assembleia Legislativa de Pernambuco. Em 2018, ele tentou sua sexta eleição e perdeu. No seu currículo, foi eleito prefeito de Serra Talhada de 1993 a 1997 e conseguiu eleger o seu filho, Augusto de Carvalho Filho, deputado estadual anos depois.

ventor federal em Pernambuco (1937 a 1945), ministro da Justiça no governo Getúlio Vargas (1945) e governador eleito de Pernambuco (1951 a 1952), Agamenon Sérgio de Godoy Magalhães, serra-talhadense que exerceu o comando político no estado por cerca de 15 anos (CAVALCANTI, 2013).

Antônia Parente de Godoy, mãe de Agamenon, era casada com o juiz de Direito Sérgio Nunes de Magalhães, que foi também deputado federal por Pernambuco em 1914 e 1915. Com este matrimônio, identificamos o enlace com mais uma família política tradicional da cidade, a Magalhães.

Agamenon Godoy Magalhães faz parte da quarta geração de chefes políticos depois do fundador da cidade, seu tetra-avô, Agostinho Nunes de Magalhães. Nascido em 1893, sete anos após Cornélio Soares, Agamenon foi um dos maiores aliados do coronel serra-talhadense, o braço forte que lhe deu suporte político mesmo após o período da República Velha (1889-1930), passando pela Revolução de 1930 e até a morte do coronel em 1955, aos 68 anos.

Foi com o apoio de Agamenon Magalhães que Cornélio Soares elegeu-se prefeito de Serra Talhada (1946 a 1951) e manteve um influente poder político nos anos anteriores, quando preferia agir nos bastidores indicando correligionários para assumir a prefeitura.

A análise da relação política com Agamenon nos fornece uma visão conjuntural que desnaturaliza registros oficiais sobre a trajetória do coronel Cornélio Soares, nos quais ele é exaltado como um líder “nascido para comandar” sob a áurea de uma história de vida tão linear e longe dos percalços históricos do seu tempo, construção que Bourdieu (2008) classifica de ilusão biográfica.

Ora, se não fosse o capital simbólico⁹ herdado da parentela com o poderoso tio Veremundo Soares, o capital econômico herdado do pai Tibúrcio Valeriano somado ao acúmulo de capital político-familiar (MONTEIRO, 2017) construídos ao longo de redes de parentela com a família Godoy-Magalhães-Carvalho, Cornélio Soares reuniria os mesmos os capitais sociais que legitimaram o seu poder na cidade?

Na verdade, sua relação com Agamenon Magalhães fez parte de uma engrenagem social que se fortificou com o avanço dentro dos campos de poder galgados passo a passo por Agamenon nas esferas estadual e nacional. Em outras

⁹ Bourdieu (2003) explica que o capital simbólico é o tipo de capital percebido por um agente dotado de categorias de percepção resultantes da incorporação da estrutura da sua distribuição, isto é, quando conhecido e reconhecido como algo óbvio e aceito socialmente quase como um componente natural da estrutura social. Assim, desse capital simbólico deriva um poder simbólico. Do ponto de vista do coronel Cornélio Soares, o capital simbólico ao seu favor advém da herança do sobrenome “Soares” do grupo familiar que ele faz parte. Com base em Bourdieu, é possível dizer que isso já constitui um distintivo com poder para ser transmitido como algo legítimo no espaço social para os herdeiros.

palavras, a relação de poder e parentela construída por Cornélio Soares foi alimentada essencialmente por um caráter relacional gerador de força estruturante de dominação a partir do contexto político da época que vigorava em Pernambuco e no país.

Como salienta Cavalcanti (2013, p. 106-107), essa foi uma das principais características do coronelato, quando “[...] a relação com o coronel abrangia filhos de sangue, de criação, sobrinhos, netos, genros, compadres, rendeiros, meeiros, vizinhos e empregados. O compadrio familiar tinha a extensão do poder.” É preciso dizer, assim, que com a parentela firmada com a família de Agamenon Godoy Magalhães, o poder do coronel Cornélio Soares se multiplicou.

Um dos resultados disso foi a entrega do comando do PSD ao coronel em Serra Talhada, por Agamenon, que era o presidente da legenda em Pernambuco. Cavalcanti (2013) reflete que, desse modo, os chefes locais atuavam como extensões sociais e capilaridades políticas em favor das ordens de Agamenon.

Agamenon Magalhães, em contrapartida, agia como radar de estratégias de manutenção dos interesses do coronelato não só em Serra Talhada, mas em várias partes do estado. Ainda como chefe político do município, coronel Cornélio Soares teve de administrar uma guerra sangrenta entre duas poderosas famílias de Serra Talhada: a Carvalho e a Pereira¹⁰, que representavam, respectivamente, o conflito entre o Brasil urbano e o rural.

Não custa lembrar que entra em cena aqui uma quinta família de poderosos senhores de terras (os Pereiras) na esteira de relações da família Soares (além dos já demonstrados Godoys, Magalhães e Carvalhos). Nosso levantamento identificou que desde a época da escravidão, a família Pereira foi a que mais assumiu prefeituras até hoje em Serra Talhada (12 vezes), além de controlar indicações e assumir diversos cargos de representação política nas esferas municipal, estadual e federal.

É com a entrada dos Pereiras¹¹ em nosso roteiro de investigação que poderemos compreender melhor como o jogo político entre os grupos tradicionais de Serra Talhada foi motivado também pela defesa da honra de família. O conceito

¹⁰ Estima-se que a disputa entre Pereiras e Carvalhos foi originada nos idos de 1848, fruto da rixa política entre os partidos Liberal e Conservador, ainda na época do Brasil império. Neste período, Pereiras e Carvalhos ressignificaram uma luta pela sobrevivência, agora num contexto novo, no qual um dos cenários era de declínio de um modo de vida, de uma organização social específica baseada nas grandes fazendas de criação de gado e propriedade de famílias tradicionais, e o outro era o da emergência dos centros urbanos e da atividade comercial (SOARES, C., 2015).

¹¹ O principal representante dos Pereiras na política de Serra Talhada atualmente é o médico Carlos Evandro Pereira de Menezes, que já foi prefeito do município por duas vezes consecutivas (2005/2008; 2009/2012) e conseguiu eleger o sucessor e então vice-prefeito, Luciano Duque de Godoy, hoje, atual gestor da cidade.

de honra é fluido e carrega consigo um diversificado conjunto de crenças e valores que se transformam ao longo do tempo e do contexto histórico.

Como salienta Renata Moreira Silva (2009, p. 13) “[...] os padrões de conduta que levam alguém a ser reconhecido como honrado variam segundo cultura, classe social/econômica, idade e gênero”. A honra, desse modo, está associada àquilo que liga os valores da sociedade e a própria vontade do indivíduo em absorvê-los, no sentido “[...] de se apropriar deles, ser reconhecido pelo grupo social e alcançar posição socialmente diferenciada.” (SILVA, R., 2009, p. 13).

Honra, política e capital *moral-familiar*

Remetido a um deus da guerra, honra vem do latim *honos* e teve o seu sentido por muito tempo atribuído aos valores de coragem, virilidade e valentia dos antigos lutadores durante batalhas. O termo passou por reinterpretações ao longo do processo histórico. Para Pitt-Rivers (2003) o conceito tem origens centradas em duas noções principais, sendo uma delas relativa ao título de nobreza e a segunda, relativa à conduta socialmente esperada por determinado indivíduo ou grupo. Uma atribuição mais clássica aos estudos sobre honra diz que o termo tem a ver com:

[...] o valor que uma pessoa tem aos próprios olhos, mas também aos olhos da sociedade. É a sua apreciação de quanto vale, da sua pretensão a orgulho, mas é também o reconhecimento dessa pretensão, a admissão pela sociedade da sua excelência, do seu direito a orgulho. [...] A honra fornece, portanto, um nexó entre os ideais da sociedade e a reprodução desses no indivíduo através de sua aspiração de os personificar. (PITT-RIVERS, 1965, p.13-14).

A honra, nesta perspectiva, teria três funções básicas ainda conforme Pitt-Rivers, (1991), sendo elas: 1) como guia de consciência, auxiliando a tomada de julgamentos e avaliações morais; 2) influenciando na maneira de cada indivíduo se conduzir perante os outros; 3) funcionando como medida de *status* social ao passo que ser mais honrado, reconhecido e bem visto socialmente atribui ao indivíduo grande estima e importância.

Nosso foco concentra-se na análise da conduta aprovada socialmente pelo indivíduo. Honra é, neste sentido, concomitantemente, a imagem que cada um tem de si e o meio de representar o valor moral do outro dentro do grupo social que se faz parte (SILVA, R., 2009). À guisa de operacionalização

deste artigo, buscamos investigar a noção de honra de família como dispositivo próprio do mecanismo político no contexto do início do século XX no interior de Pernambuco enxergando seus reflexos contemporâneos.

Com base na dissertação *Pereiras e Carvalhos: uma história da espacialização das relações de poder* (SOARES, C., 2015) foi possível identificar mais de um registro que evidencia o papel moral assumido pelo coronel Cornélio Soares como mediador de conflitos entre famílias armadas, dentre elas, os abastados clãs Carvalho e Pereira.

A noção de honra, nesse contexto, pode contribuir para compreender os interesses pelo controle político de Serra Talhada levando em conta o nível relacional de poder¹² em favor do acúmulo do que arriscamos chamar aqui de capital *moral-familiar*¹³. Em outros termos, a luta política dos clãs é também por acúmulo de respeito e em defesa da legitimação de uma crença de distinção sobre a história de vida de seus membros a partir das redes de solidariedade firmadas entre esses grupos num contexto de reputações em negociação (MARQUES, 2002).

Dessa forma, incorporar o papel de mediador de brigas de famílias construiu sobre Cornélio Soares a fama de um coronel pacificador e conciliador, distinção fruto do devotamento ao bem público, como escrevem os registros biográficos oficiais sobre ele. Estes relatos oficiais registram que o coronel tinha um gosto quixotesco de servir, gratuitamente, a quem o procurasse, conduta que lhe concedeu a áurea de ‘pai de todos’, refém de um código moral atrelado à força da palavra e que lhe atribuía um *ethos* de justiça inabalável.

A postura honrada do coronel era ancorada na concessão de favores sob a aparência de pura gratidão vinda de um homem que “pecava pela rigidez dos princípios morais” (SOARES, R., 2013, p.13). Mas o que estaria por trás desse *ethos* moral? Podemos problematizar essa questão tomando como base a noção de desinteresse em Bourdieu (2008). O autor reflete sobre a importância da desmistificação do ato desinteressado, que retira da ação dos sujeitos o ar de encantamento. Estar ‘interessado’ é admitir participar do jogo social por acúmulo de capital simbólico, o que nos leva precisamente à noção de *illusio*. “É reconhecer o jogo e reconhecer os alvos” (BOURDIEU, 2008, p. 139).

¹² O poder em Elias é relacional e não desumanizado das estruturas. Forças sociais, para ele, são exercidas pelas pessoas sobre outras pessoas e sobre elas próprias (ELIAS, 2008).

¹³ Em *A política como negócio de família*, José Marciano Monteiro (2017) testa a validade do conceito capital *político-familiar* como atributo fundamental, quando associado ao capital econômico e cultural, ao acesso das famílias aos principais postos no aparelho do Estado e a outros espaços de poder. Nossa pesquisa, em nível de doutorado, propõe contribuir com este debate investigando a gramática moral que abastece o senso comum com a sensação de naturalidade nos usos destes sobrenomes políticos no atual contexto democrático.

Então, seria mesmo possível pressupor uma postura eminentemente desinteressada e generosa por parte do coronel Cornélio Soares? No contexto do sistema coronelista do voto de cabresto, enquanto líder do PSD, fiel escudeiro de Agamenon Magalhães, a posição social que ele ocupava e o *habitus* próprio de uma família geradora de disposições e competências políticas, tudo convocava Cornélio Soares à construção de estratégias de manutenção de poder sobre suas mãos.

A sua posição social lhe dava prestígio para assumir um papel não só de mediador de conflitos, mas de interlocutor dos mais variados interesses familiares em Serra Talhada, posição estratégica que colocava o coronel como uma espécie de panóptico humano, cujo controle simbólico derivava da rede de relações com os diferentes clãs familiares. O status social de ‘homem honrado’ do coronel aqui problematizado funcionaria como dispositivo moral para garantir fins políticos.

Bourdieu (1965) reflete que no jogo da honra vence aquele que melhor se utiliza das regras disponíveis em determinada situação. Atuar como mediador de interesses e conflitos familiares foi uma das estratégias utilizadas pelo personagem em estudo. No caso das disputas de poder entre famílias políticas no Sertão, assumir a defesa da honra de um clã seria admitir estar no jogo por dominação simbólica implícito nestas práticas, sob o compartilhamento de estratégias de poder em busca de legitimação.

Portanto, o que seria a parentela política senão, também, uma tática de ressignificação da defesa de uma honra de família? A parentela se apresenta, nessa perspectiva, como uma razão prática de reforço de um *capital moral*, que somado aos demais capitais (econômico, *político-familiar*, social e cultural), corrobora o sentido da família como “palavra de ordem” (BOURDIEU, 2008, p. 126-127).

Ao utilizar esse termo, Bourdieu analisa a família como categoria que coaduna em si a construção de princípios, crenças e valores próprios de um coletivo que “nos foi inculcado por meio de um trabalho de socialização que era ele próprio realmente organizado de acordo com a divisão em famílias. Esse princípio de construção é um dos elementos constitutivos de nosso *habitus*”.

Significa que os códigos de sociabilidade presentes no cotidiano das famílias políticas tradicionais de Serra Talhada, de algum modo, exerceram (e ainda não exercem?) uma poderosa força tácita sobre a estrutura mental de seus membros e descendentes e para onde convergem prescrições normativas de bem viver e o afeto da confiança. A família funciona, portanto, como “[...] círculo de reprodução da ordem social adequado a assegurar a integração, que é a condição de existência e de persistência dessa unidade.” (BOURDIEU, 2008, p. 128-129).

A estima construída em torno do nome do coronel Cornélio Soares o levou a acumular um alto grau de distinção e segurança moral que reverbera no senso comum da população até hoje. Atribuir força simbólica ao ideário de político honrado sobre Cornélio Soares tornou-se uma missão de defesa de um *ethos* moral reverenciado atualmente pelos Soares¹⁴.

Ainda tomando por base a análise da oferta de favores por parte do coronel, sob a áurea do desinteresse, é possível refletir que essa prática, reproduzida pelo *habitus* de Cornélio Soares, foi estruturando o *habitus* social rumo a uma eficaz forma de dominação. Naquele contexto, ao passo que o favor era concretizado sob a aparência da gratuidade, deixava o necessitado sob a sombra de quem o ‘ajudou’.

Dito em outros termos, o cumprimento de um favor inclui o outro quase que automaticamente em uma lógica simbólica de recompensa, estratégia de poder revestida por um afeto emocional implícito (a gratidão), e que, naquela conjuntura específica, geraria uma ação recíproca refletida também na política do cabresto. Isso pode ser exemplificado em uma passagem dos registros oficiais sobre o coronel quando diz que Cornélio Soares nunca precisou comprar votos (SOARES, R., 2013).

Este estudo identificou que a prática de cumprimento de favores era montada sobre um largo sistema de micro-alianças com as famílias tradicionais já citadas, mas também com famílias humildes da época que poderiam servir aos interesses do coronelato. Para ilustrar essa configuração, detectamos a relação de poder do coronel Cornélio Soares também com a família Ferreira, de agricultores, mas simbolicamente importante para o fortalecimento da teia de dominação do coronelismo em Serra Talhada.

Os Ferreiras eram o núcleo familiar do temido cangaceiro Lampião. Esse dado peculiar atesta a inserção de mais uma família na teia de interdependência do coronel Cornélio Soares identificada no presente estudo (Godoy, Magalhães, Carvalhos, Pereiras e Ferreiras). Segundo Chandler (1980), um relacionamento com Lampião podia ser vantajoso e lucrativo. Silva Junior (2006, p.104) reforça que “[...] o coronel Cornélio Soares foi acusado de negociar com o cangaceiro,

¹⁴ As condicionantes históricas e sociais que poderiam ter culminado numa relação amistosa de Cornélio Soares com o cangaceiro Lampião naquele contexto específico, hoje parecem ser ignoradas pelos Soares, que exigem – em nome da honra da família – reparos aos que ousarem mencionar o fato. Atualmente, um dos especialistas entrevistados neste trabalho, o pesquisador do cangaço e secretário de Cultura de Serra Talhada, Anildomá Willams de Souza, responde processo aberto pelos descendentes de Cornélio Soares, os quais interpretam como ultraje a menção do coronel como mediador dos interesses de um “bandido” como Lampião. Para saber mais (SÁ, 2013).

conforme consta do processo criminal contra Lampião referente ao massacre da Serra Grande.¹⁵”

Chandler (1980) cita que Cornélio Soares era amigo dos Ferreiras sendo até padrinho do irmão de Lampião, Levino. Essa relação é um sinal de como que famílias de menor prestígio econômico, como a de Lampião, encontravam “[...] na aliança com a família latifundiária apoio para solução de suas próprias questões.” (SOARES, C., 2015, p. 41). No nível da agência dos sujeitos, as famílias em disputa compartilhavam dos mesmos códigos com vistas a atender seus objetivos e interesses.

O contexto considerava as alianças entre núcleos familiares de classes sociais distintas e o nome da família serviria de chave para abrir a porta de construção desses elos. É preciso destacar que a partir da batalha da Serra Grande a polícia da época conseguiu desvendar uma intrincada rede de poderosos que teriam financiado a compra de armamentos a Lampião. De acordo com Silva Junior (2006), o tio de Cornélio Soares, o coronel Veremundo Soares, mantinha um comércio para a venda de armamentos, pólvora e munições na cidade vizinha de Salgueiro.

Na época, após a sangrenta batalha, o chefe de polícia em Recife, Eurico de Souza Leão, deu declarações dizendo que, “mesmo sabendo que Cornélio Soares era coiteiro de Lampião nada podia fazer, pois os Soares eram grandes canalizadores de votos para a administração do Estado e gozavam de certas imunidades” (SILVA JUNIOR, 2006, p. 104). E ainda: “[...] as informações que a polícia conseguiu obter revelaram uma intrincada rede de subterfúgios planejada para proteger todos os que estavam envolvidos no caso.” (CHANDLER, 1980, *apud* SILVA JUNIOR, 2006, p. 104).

A partir da análise relacional envolvendo o contexto da batalha da Serra Grande, foi possível identificar a ligação do coronel Cornélio Soares também com outra família política de ricos comerciantes de Serra Talhada, a Andrada, que posteriormente tornou-se Andrada de Oliveira¹⁶, cujo seus descendentes são hoje possuidores de vasto capital político na cidade e no estado.

Segundo Antônio Neto (2017, p.126-127), mediante registro do processo criminal exposto no livro *Lampião à Luz da Lei*, o abastado comerciante José

¹⁵ A batalha da Serra Grande foi um dos mais emblemáticos enfrentamentos já registrados na trajetória de Lampião contra a Polícia Militar de Pernambuco, onde o cangaceiro se saiu vitorioso. A batalha ocorreu na zona rural de Serra Talhada em novembro de 1926.

¹⁶ Esse clã familiar tem participado da política serra-talhadense há mais de meio século. Tem como líderes atuais o ex-deputado federal Inocêncio Oliveira e o seu primo, ex-deputado estadual por dois mandatos, ex-secretário de Transportes de Pernambuco por duas vezes, e atualmente deputado federal, Sebastião Oliveira, o qual conseguiu voltar ao Congresso nas eleições 2018 com quase 130 mil votos.

Olavo de Andrada teria fornecido “[...] caixas de balas ao grupo do cangaceiro em virtude de ter recebido por parte de Lampião ameaças.” Com riqueza de detalhes, Chandler (*apud* SILVA JUNIOR, 2006, p.104) expõe um relato em que o caso da venda de munição a Lampião acabou sendo abafada, posto que:

As informações que a polícia conseguiu obter revelaram uma intrincada rede de subterfúgios planejada para proteger todos os que estavam envolvidos no caso. A munição era comprada numa cidade vizinha, Salgueiro, por terceiros e mediante pedido escrito do coiteiro José Olavo. O intermediário em Salgueiro disse à polícia que pensava que se tratava de munição para a família Pereira, de Vila Bela. Era paga por Cornélio Soares e o seu irmão Benjamim, que morava em Salgueiro, depois, escondidas em latas de querosene, era levada de burro para Vila Bela.

Desse modo, os indícios judiciais da época sinalizavam para uma forte interdependência entre a família Oliveira, os Pereiras e o coronel Cornélio Soares, além da trama relacional já aqui identificada que o chefe político manteve com as outras duas famílias políticas da época, a Godoy e a Carvalho.

Considerações finais

A presente reflexão sociológica buscou evidenciar como a herança política de alguns grupos familiares no interior de Pernambuco permanece viva e remodelada no cenário político do século XXI, descortinando conexões entre estruturas de parentesco e de poder (OLIVEIRA, 2012) ativas mesmo após 1988. Atualmente, pelo menos quatro das famílias citadas nesta análise são herdeiras de vasto capital político e econômico em Serra Talhada após a dita abertura democrática¹⁷.

O que nos leva a perceber a perpetuação de uma lógica de poder de antigas elites no cenário hodierno. Em outras palavras, as mesmas famílias do passado continuam usufruindo, em Serra Talhada, do controle do aparelho de Estado e da posse de outros espaços de dominação simbólica como lugares de memórias,

¹⁷ Se não vejamos: Ferdinando Feitosa (indicado pela família Oliveira, foi eleito prefeito de Serra Talhada de 1989 a 1992; tinha como vice um Oliveira), Augusto César de Carvalho (prefeito de 1993 a 1996 teve como vice um Pereira); Sebastião Andrada Oliveira (prefeito de 1997 a 2000, teve como vice um Nogueira), Genivaldo Pereira (de 2001 a 2004 teve como vice um Godoy), Carlos Evandro Pereira (de 2005 a 2008 teve como vice um Godoy), Carlos Evandro Pereira (de 2009 a 2012 teve como vice um Godoy), Luciano Duque de Godoy (de 2013 a 2016, não teve vice de família tradicional nesta eleição) e Luciano Duque de Godoy (2017 a 2020 tendo como vice um Oliveira). Saber mais: Serra Talhada (2017).

rádios locais e empresas que lidam diretamente com a oferta de saúde à população, como hospitais.

O fato é que, da promulgação da Constituição 1988 até agora, o município se vê ainda atrelado ao comando de grupos que detinham o poder político e econômico desde a época do coronel Cornélio Soares (1886-1955). Nos últimos 30 anos, pós 1988, os herdeiros dessas famílias assumiram a prefeitura de Serra Talhada, com reproduções na Câmara Municipal, Assembleia Legislativa de Pernambuco, Câmara dos Deputados e indicando aliados para cargos estratégicos de gestão nas esferas municipal, estadual e federal.

Isso significa que a “[...] a família e a estrutura de parentesco são tomadas, assim, como fios condutores da formação da classe dominante.” (MONTEIRO, 2017, p.19). E como salientam Reis e Grill (2017, p.143), além de fonte de disposições que define a visão de mundo dos seus descendentes, a família torna-se “[...] também uma instância catalisadora e (re) distribuidora de um patrimônio coletivo, exigindo empenhos dos seus membros na adoção de estratégias de reprodução com vistas à sua continuidade.”

Reforçando este argumento, retomando Bourdieu (2003), é possível inferir que estas famílias perpetuam-se no poder até hoje pela necessidade de adesão ao jogo do qual eles sempre historicamente tiveram o monopólio. E assim uma lógica de dominação a qual predomina no mundo prático, tende a se reproduzir por meio dos herdeiros (MONTEIRO, 2017).

A disposição em investigar a força de um *capital-moral* presente nas estratégias de dominação política destes núcleos familiares no Sertão pernambucano, sugerido preliminarmente neste debate, poderá ser melhor investigada, com o aprofundamento da pesquisa, tomando por base a análise dos valores sustentados pelos atuais herdeiros políticos dessas famílias em contraponto com a cultura política vivenciada na época do coronelismo.

REFERÊNCIAS

- ARRUDA, P. F. **Capitalismo dependente e relações de poder no Brasil: (1889-1930)**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.
- BOURDIEU, P. **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. 9.ed. Campinas: Papiрус, 2008.
- BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

- BOURDIEU, P. Le capital social: notes provisoires. **Actes de la Recherche em Sciences Sociales**, [S. l.], v.1, p.2-3, jan. 1980.
- BOURDIEU, P. O sentimento de honra na sociedade Cabília. *In*: PERISTIANY, J. G. (org.). **Honra e vergonha**: valores das sociedades mediterrânicas. 2.ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1965, p. 157-198.
- CAMPELLO, M. N. **História parlamentar de Pernambuco**. Recife: Assembleia Legislativa de Pernambuco, 1979.
- CAVALCANTI, O. L. **Pernambuco**: uma história política. 2.ed. Recife: Edições Bagaço, 2013.
- CHANDLER, B. J. **Lampião, o rei dos cangaceiros**. São Paulo: Paz e Terra, 1980.
- ELIAS, N. **Introdução à Sociologia**. Lisboa: Editora 70, 2008.
- ELIAS, N. **A sociedade de corte**: investigação sobre a sociologia da realza e da aristocracia de corte. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- ELIAS, N. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.
- GRUNSPAN-JAMSIN, É. **Lampião, senhor do sertão**: vidas e mortes de um cangaceiro. São Paulo: EDUSP, 2006.
- LEAL, V. N. **Coronelismo, enxada e voto**. 7.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.
- MARQUES, A. C. **Intrigas e questões**: vingança de família e tramas sociais no sertão de Pernambuco. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2002.
- MONTEIRO, J. M. **A política como negócio de família**: para uma sociologia política das elites e do poder político-familiar. São Paulo: LiberArs, 2017.
- NETO, A. **Lampião à luz da lei**. Recife: Edição do autor, 2017.
- OLIVEIRA, R. C. de. **Na teia do nepotismo**: sociologia política das relações de parentesco e poder político no Paraná e no Brasil. Curitiba: Insight, 2012.
- OLIVEIRA, R. C. Famílias, poder e riqueza: redes políticas no Paraná em 2007. **Revista Sociologias**, Porto Alegre, ano 9, n. 18, p. 150-169, jun./dez. 2007.
- PITT-RIVERS, J. Honra. *In*: CANTO-SPERBER, M (org.). **Dicionário de ética e moral**. Trad. de Ana Maria Ribeiro-Althoff, Magda França Lopes,

Maria Vitória Kessler de Sá Brito e Paulo Neves. São Leopoldo: Ed. Unisinos, 2003. p. 748-752.

PITT-RIVERS, J. A doença da honra. *In*: GAUTHERON, M. **A honra**: dom de si ou ideal equívoco. Porto Alegre: LP&M, 1991. p.17-41.

PITT-RIVERS, J. Honra e posição social. *In*: PERISTIANY, J. G. (org.). **Honra e vergonha**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. 1965, p.13-14.

QUEIROZ, M. I. P. de. O coronelismo numa interpretação sociológica. *In*: FAUSTO, B. (org.). **História geral da civilização brasileira**. São Paulo: Difel, 1975. p.155-190.

REIS, E. T.; GRILL, I. G. **Estudos de elites políticas e as bases das multinotabilidades no Brasil**. *Tempo Social: Revista de Sociologia da USP*, São Paulo, v. 29, n. 3, p.137-159, dez. 2017.

SÁ, Giovanni. **Família de Cornélio Soares quer processar secretário de Duque em polêmica sobre Lampião**. Farol de Notícias, Serra Talhada, 6 set. 2013. Disponível em: <http://faroldenoticias.com.br/polemica-irritado-filho-do-coronel-cornelio-soares-ataca-secretario-e-vai-pedir-a-sua-prisao/>. Acesso em: 27 fev. 2019.

SERRA TALHADA. Câmara Municipal. **Legislaturas da Câmara de Serra Talhada – Pernambuco – a partir de 1947**. Serra Talhada: Câmara Municipal, 2017.

SILVA, R. D. M. “**É a mesma coisa só que é diferente**”: representações sociais de honra para adolescentes inseridos em contexto de aprendizagem profissional. 2009. 153 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2009.

SILVA JUNIOR, W. A. da. **O coronelismo em Salgueiro**: uma análise da trajetória política do coronel Veremundo Soares (1920-1945). 2006. 163 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2006.

SOARES, C. E. de C. **Pereiras e Carvalhos**: uma história da espacialização das relações de poder (Serra Talhada-PE). 2015. 149 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2015.

SOARES, R. S. de C. **Coronel Cornélio Soares**: uma história de vida em Serra Talhada. João Pessoa: Midia Gráfica e Editora, 2013.

*Honra, poder e parentela política: reflexões sociológicas
a partir de um estudo de caso no Sertão Pernambucano*

VILAÇA, M. V.; ALBUQUERQUE, R. C. **Coronel, coronéis, apogeu e declínio do coronelismo no Nordeste**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

WILSON, L. **Roteiros de velhos e grandes sertanejos**. Recife: Centro de Estudos de História Municipal, 1978.

Recebido em 22 de julho de 2018

Aprovado em 10 de dezembro de 2018